

FABRICANDO RESISTÊNCIAS

Primeiras notas para a compreensão de territórios culturais no mundo contemporâneo

Alguns dos habitantes do mundo estão em movimento;
para os demais é o mundo que se recusa a ficar parado.

Bauman, Modernidade líquida.

Neste artigo serão desenvolvidas algumas primeiras observações sobre possíveis mudanças na conformação de territórios culturais no contexto contemporâneo de crise da modernidade. Para tal, será tomada como base a noção de transição de uma “modernidade pesada” para uma “modernidade leve”. A intenção aqui é fazer um primeiro ensaio sobre como esta transição se manifesta na esfera urbana, culminando em diferentes formas de interação entre sujeito e espaço. Será mencionado também como os processos de industrialização e desindustrialização que marcaram estas diferentes eras contribuíram para modificar a compreensão da relação cidade-cultura, ressaltando a importância do espaço da fábrica para os processos de territorialização cultural. Para ilustrar essa importância, será apresentado o estudo de caso da Fábrica da Bhering, na Zona Portuária do Rio de Janeiro, relatando a trajetória de ocupação e lutas de propriedade de um coletivo de artistas em uma antiga estrutura fabril abandonada em meio a um contexto de projeto urbano maior do Porto Maravilha.

Em seguida, se discutirá brevemente o que começa a firmar-se como uma nova conformação desses territórios culturais no período atual de “modernidade leve”, abrindo questões sobre o papel do coletivo e da resistência para a garantia da permanência de significação do espaço.

Palavras-chave: Crise da modernidade; Fábrica da Bhering; Porto Maravilha; Territórios culturais.

Introdução: mudança dos tempos - a modernidade pesada rumo a um estado fluido

A virada do século XX para o século XXI, assim como todo fechamento de ciclo, tem se mostrado um período propício ao surgimento de novas tendências de classificação das crescentes transformações econômicas, sociais e culturais que vivenciamos. De fato, a última década vem sendo apontada por muitos como o momento ideal para o desenvolvimento de novas reflexões e formas de teorizar criticamente o mundo devido à percepção de uma série de comportamentos e processos comuns sendo adotados globalmente em resposta a um momento de crise moderna.

Mais do que a noção de crise, gostaríamos de enfatizar aqui as noções de transformação e transição, que se apresentam como pontos chave para o desenvolvimento deste trabalho. Interessa-nos enfatizar que passamos, prioritariamente, por uma época de transformações em ritmo rápido, que fogem, muitas vezes, de nossa capacidade de compreensão, levando-nos a um sentimento de impotência. Conforme o indicado por Anthony Giddens (1991), o momento em que vivemos é marcado por descontinuidades, sendo a mais impactante o deslocamento do sistema de produção baseado em manufatura industrial para o sistema de produção de informação e de conhecimento.

Esse deslocamento contribuiu para a geração de novas formas de “interconexão social” do globo, novas formas sociais e novos modos de vida tão diferentes dos anteriores que “as transformações envolvidas na modernidade [nos parecem] mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes”. (GIDDENS, 1991, p. 14)

Para compreender essas “transformações envolvidas na modernidade”, nos apoiaremos aqui nas reflexões do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001), que enfatiza de maneira bastante eficaz o caráter transitório do período em que vivemos ao enunciar a passagem de uma modernidade “pesada” para uma modernidade “leve”, rumo a um estado de “liquefação”.²

Para o autor, a era que termina pode ser considerada como uma modernidade pesada – sólida, condensada, sistêmica, volumosa, imóvel, enraizada. Um período marcado pela rigidez e pela racionalidade instrumental, cujo símbolo era a indústria, em especial, a fábrica fordista, com sua mecanização extrema e a separação dos aspectos intelectual e manual do trabalho. O modelo da fábrica fordista trazia a rotinização e submetia o sujeito a uma lógica homogênea, além de representar a fixação do capital ao solo, bem como a fixação do trabalho e dos trabalhadores no espaço:

O tempo rotinizado prendia o trabalho ao solo, enquanto a massa dos prédios da fábrica, o peso do maquinário e do trabalho permanentemente atado acorrentavam o capital. [...] O tempo congelado da rotina da fábrica, junto com os tijolos e argamassa das paredes, imobilizava o capital tão eficientemente quanto o trabalho que este empregava. (BAUMAN, 2001, p. 135)

Em se tratando do espaço, podemos dizer que, na era moderna pesada – era das máquinas pesadas, do *hardware* –, prezava-se o valor do assentamento, os longos muros protegendo as fábricas e a solidez do sedentarismo. A conquista territorial e a manutenção das fronteiras eram urgências; a felicidade, a riqueza e o poder eram conceitos geográficos, atrelados à noção de propriedade em um lugar fixo.

No entanto, essas características se transformariam com a sociedade que adentrou o século XXI. Ainda semelhante à era da modernidade pesada no que se refere a sua sede de modernização e à necessidade de aperfeiçoamento incessante, a nova ordem (ou nova fase moderna) se diferencia pela impossibilidade de imobilidade, pela necessidade de movimento constante em busca de uma satisfação inatingível. Segundo Bauman (2001), trata-se do advento de uma modernidade “leve”.

A modernidade leve, de *software*, reflete um mundo complexo, múltiplo, rápido, ambíguo, plural; uma época de transição para uma nova realidade que ainda está por vir e que não compreendemos totalmente. De acordo com o autor, a “fluidez” (rumo a um estado líquido) pode ser considerada como a melhor metáfora para descrever o atual estágio da era moderna, uma vez que os fluidos não se atêm a uma forma predefinida, preenchendo o espaço apenas por um momento.

Fronteiras móveis e desterritorialização

A metáfora de Bauman (2001) se remete essencialmente à ideia de leveza relacionada à facilidade de mobilidade que permeia a vida contemporânea e à possibilidade e a necessidade de se mover de forma mais leve e rápida e, com tal velocidade, que a fixação no solo já não é mais tão importante. Trata-se de um mundo em que o entrelaçamento entre tempo e espaço se desfaz, permitindo que sejam analisados como elementos independentes. O tempo agora é mais rápido e facilitador da instantaneidade. Ao propiciar a diminuição entre próximo e distante, foram suprimidos os obstáculos para a conquista do espaço, que, por sua vez, tornou-se menos relevante para a nova ordem.

Mediante as transformações advindas com a compressão das noções de espaço e tempo, com o encurtamento de distâncias e com a fragilização das fronteiras, bem como com a intensificação da globalização e o enfraquecimento dos Estados nações, as discussões contemporâneas sobre o espaço acabaram recaindo também sobre o conceito de território, levando alguns teóricos a questionarem sua persistência como recorte geográfico válido. Certos autores, como Virilio (1997) e Duarte (2002), chegam a insistir que vivenciamos fenômenos de desterritorialização cada vez mais constantes, chegando alguns a declarar, até mesmo, a conflagração do “fim dos territórios”.³

A existência ou não de uma tendência à desterritorialização como fruto desta fase da modernidade vem sendo debatida com frequência no campo das Ciências Sociais. O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2010, p. 16) é um ávido defensor da noção de desterritorialização como um mito, justificando que este conceito esbarra na impossibilidade de se viver sem território, “como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases”.

Para Haesbaert, a propagação atual do conceito de desterritorialização, e consequentemente da noção de extinção do território, nada mais representa do que uma simplificação baseada na dificuldade ou recusa de se aceitar o surgimento de outro tipo de território, mais complexo, múltiplo e descontínuo. Sua tese, que retomaremos mais a diante, é de que vivenciamos, na realidade, uma intensificação do processo de territorialização, rumando no sentido de uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2010, p. 32) e de que, mais do que tratar o fenômeno de desterritorialização como grande questão do século XXI, deveríamos nos preocupar com as desigualdades que resultam das aceleradas velocidades que modificam o território.

O aumento das desigualdades das mais diversas ordens (sociais, econômicas, espaciais...) estaria relacionado também à atual leveza do “poder”, que agora se move, e com tal rapidez, que se torna extraterritorial, sem se abalar pelas resistências do espaço. No contexto da modernidade leve, a técnica do poder não se baseia mais na conquista territorial, mas sim na destruição das barreiras que impediam o fluxo

dos poderes globais. A nova relação entre tempo e espaço teria permitido, portanto, também a leveza do capital, que passa a se deslocar livremente, não mais preso ao sistema de produção industrial. Em termos culturais, isso significaria que as fronteiras reais e bem delimitadas, com a qual estávamos acostumados, são hoje atravessadas com tanta frequência que, ao invés de nos atermos aos marcos divisórios, deveríamos conceber nossa situação atual como “uma vida que se leva na zona de fronteira” e onde convivem “culturas em movimento”. (BAUMAN, 2012, p. 76)⁴

Cultura, consumo e individualismo

Em meio à desvalorização da fixação territorial e num contexto de desindustrialização, o foco do sistema econômico se direciona para o consumo exacerbado, em especial para o consumo de cultura. No âmbito da relação cidade-cultura, o que se observa é a tendência em transformar o habitante em consumidor, seja de objetos materiais ou de imagens.

No contexto das rápidas e dramáticas mudanças advindas com a crise da modernidade, as cidades foram obrigadas a se transformar, desta vez, adaptando-se a um tipo diferente de produção – não material, mas sim informacional e simbólica. Este novo papel fez com que o fenômeno da renovação urbana fosse substituído por outro – o da revitalização urbana, caracterizado pela difusão de planos estratégicos e projetos urbanos pontuais. (HARVEY, 2011; VAZ; JACQUES, 2001)

Esta nova faceta do planejamento urbano é refletida, atualmente, em uma tendência mundial de incentivo a intervenções urbanas pontuais em que a cultura é utilizada como instrumento para a revitalização das cidades. Essa nova relação entre cidade e cultura é produto direto do processo de globalização da economia, que forçou os planejadores urbanos e administradores governamentais a criar imagens poderosas e identificadoras de suas cidades na esperança de competirem e conseguirem destaque na rede mundial.

A produção do espetáculo na cidade – outra tendência marcante da modernidade leve – também vem sendo alvo de críticas por parte dos teóricos contemporâneos. A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2004), por exemplo, considera o excesso do estímulo à contemplação cultural, da preservação e da cenarização da paisagem como responsáveis por uma equalização dos espaços, que desconstrói possibilidades de aprendizado. Segundo Ribeiro (2004, p. 98), atualmente, confunde-se o “conhecimento necessário com o lazer ansioso, ininterrupto e sempre fugaz”.

O foco no consumo exacerbado, seja ele material ou simbólico, possui ligação direta com a valorização excessiva do indivíduo, que é também uma forte característica do mundo contemporâneo e da modernidade leve. Isso porque o consumo é um passatempo individual, que gera uma sensação de prazer instantânea, porém também passageira.

Para Harvey (2011),⁵ o individualismo moderno é fruto de uma atitude blasé criada como mecanismo de defesa do homem para lidar com as muitas e rápidas transformações em todas as esferas da vida, inclusive a rápida urbanização que modificou drasticamente seu espaço imediato de convivência.

O individualismo traz em si uma ambivalência, pois, ao mesmo tempo em que estimula a autonomia dos indivíduos e a luta pelos seus direitos, faz crescer no homem uma insegurança, que é fruto da necessidade de dar um sentido especial à vida. Esse sentido especial faz com que, muitas vezes, o individualismo se confunda com a necessidade de criação de uma identidade de destaque. Portanto, no âmbito da modernidade, em que identidade significa aparecer e se diferenciar, sua busca torna-se um instrumento de divisão e segregação. (BAUMAN, 2003) Com isso, o foco do homem se torna ele próprio e aqueles que ele julga semelhantes. Tudo que não se enquadra é renegado: os comportamentos, crenças e culturas diferentes. Neste contexto, os indivíduos e/ou grupos que não participaram com igualdade na construção dos padrões de valor cultural dominantes são menosprezados e condenados, colocados à margem.

No cenário descrito, o indivíduo prevalece sobre o coletivo, que se fragmenta cada vez mais. Fazem-se “ajuntamentos, não congregações [...] agregados, não totalidades”. (BAUMAN, 2001, p. 114) Com isso, fica clara outra característica fundamental diferenciadora entre a modernidade pesada e a leve/fluida: o desengajamento, o desinteresse, o fim da ilusão de atingir-se uma condição de harmonia.

Mediante este quadro que configura a modernidade fluida rumo à liquidez, sentimos a necessidade de investigar sobre as alternativas que surgem como formas de resistência à desvalorização do território e do coletivo, ao consumo cultural e ao desengajamento. Neste sentido, apresentaremos brevemente um estudo de caso em estágio inicial, que vem se mostrando como um reflexo interessante de resistência e insistência pela sobrevivência na complexa realidade fluida que nos cerca. Trata-se do processo de “ocupação” coletiva da antiga Fábrica da Bhering no Rio de Janeiro.

Contexto: a zona portuária do Rio de Janeiro e a operação urbana Porto Maravilha

A Fábrica da Bhering localiza-se no Santo Cristo – um dos bairros componentes da Zona Portuária do Rio de Janeiro, juntamente com Gamboa e Saúde. A região apresenta imensa significância histórica para a formação da cidade, situando-se em grande proximidade com o litoral e à Baía de Guanabara até o início do século XX, quando sofreu significativas intervenções em decorrência da reforma de Pereira Passos. Neste contexto, destacamos a construção do Cais do Porto, a abertura das avenidas do Cais (atual Rodrigues Alves), do Mangue (atual Francisco Bicalho) e Central (atual Rio Branco),

além da consolidação da Praça Mauá e, mais notadamente, os diversos aterros realizados a partir dos desmontes de morros locais, que contribuíram para viabilizar e modernizar as operações portuárias, transformando bruscamente o caráter da região. (LAMARÃO, 1998)

Vale destacar que, além de sua importância em termos de desenvolvimento urbano da cidade, a Zona Portuária também apresenta um enorme significado cultural, em especial devido à presença da área conhecida como Pequena África, na Saúde – um local que assistiu ao desenvolvimento da cultura negra carioca através da instalação de quilombos, casas coletivas e mercado de escravos que trabalhavam, circulavam e ocupavam a área próxima à Pedra do Sal, também considerada por muitos como o berço do samba e do choro.

Além do caráter portuário, na região como um todo, sempre se destacou o exercício de atividades industriais e públicas, em decorrência da cessão de terras da União para órgãos governamentais prestadores de serviços e de apoio ao Porto. Com a mudança da capital para Brasília, nos anos 1960, a paisagem local começou a refletir um processo de esvaziamento, que se intensificaria ainda mais durante a década de 1990 com o fenômeno de desindustrialização observado na cidade. Como consequência, a configuração recente mistura as antigas casas e sobrados remanescentes do século XIX em pequenas ruelas, grandes estruturas fabris desocupadas, ocupações habitacionais informais em favelas próximas,⁶ edifícios públicos e imensos galpões e armazéns deteriorados do porto em avenidas maiores.

O quadro de esvaziamento da região portuária vem despertando, há anos, a intenção da Prefeitura do Rio em realizar projetos e intervenções para a sua revitalização. Com a escolha da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, foi concretizado um grande projeto sob a forma de “operação urbana” na área, intitulado Porto Maravilha. O projeto do Porto Maravilha prevê a requalificação de cerca de cinco milhões de metros quadrados nos bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde (englobando os morros do Pinto, Conceição, Providência e Livramento), bem como parte do Cajú, São Cristóvão e Cidade Nova. Dentre as ações previstas estão a construção de novas redes de água, esgoto e drenagem, a introdução da coleta seletiva de lixo e melhoria da iluminação pública, a demolição do Elevado da Perimetral, a transformação da Avenida Rodrigues Alves em via expressa, a criação de uma nova rota (Binário do Porto), a implantação de sistema de VLT e a reurbanização de 70 km de vias.



Figura 1: Mapa esquemático da Zona Portuária do Rio de Janeiro, com destaque para a localização da antiga Fábrica da Bhering no Santo Cristo
 Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figura 2: Vista do terraço da Fábrica da Bhering para o bairro do Santo Cristo
 Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Com a intenção admitida de promover o desenvolvimento econômico da região e da cidade, a operação do Porto Maravilha apresenta também uma vertente de requalificação cultural do espaço urbano através da introdução de um projeto de valorização do patrimônio histórico e dos pontos turísticos da região e da “implantação de projetos de grande impacto cultural”,⁷ como um mirante no topo do Morro da Providência (acompanhado de teleférico e plano inclinado), o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), na Praça Mauá, e o Museu do Amanhã (projeto do renomado arquiteto espanhol Santiago Calatrava), no Píer Mauá – os dois últimos em parceria com a Fundação Roberto Marinho.

A proposta de revitalização urbana que utiliza como estratégia a construção de grandes equipamentos e visa claramente o fortalecimento do turismo cultural vem sendo vista com cautela por muitos, devido aos já iniciados processos de remoção de parcela significativa dos moradores de favelas e áreas pobres adjacentes, bem como aos grandes riscos de gentrificação consonantes com a crescente especulação imobiliária local. A opção pela construção de dois grandes museus com projetos arquitetônicos megalomaniacos em lugar do investimento e valorização dos diversos equipamentos e marcos culturais já existentes,⁸ também se mostra como um fator preocupante, apontando para a reprodução de um modelo de revitalização urbano-cultural que já se provou ineficiente em outras partes do mundo.

É neste contexto que se encontra a antiga Fábrica da Bhering – uma ocupação cultural promovida por um coletivo de artistas em um antigo edifício industrial abandonado e que, num período de dias, conseguiu resistir à ameaça de despejo para tornar-se um bem tombado e enquadrado no contexto da operação Porto Maravilha.

Bhering: de fábrica de doces a fábrica de arte

O edifício da antiga fábrica de doces e chocolates da empresa Bhering foi inaugurado em 1934 no bairro do Santo Cristo, na Zona Portuária e central do Rio de Janeiro. Dotado de cinco andares, terraço e prédio anexo, o imóvel totaliza aproximadamente 20 mil metros quadrados distribuídos em um antigo terreno de pedreira, escolhido especialmente para suportar o peso da estrutura de aço comprada pronta na Alemanha e trazida ao Brasil em navio.

Em meados dos anos 1990, após quase 60 anos de funcionamento no local e em consonância com o fenômeno de desindustrialização responsável pela proliferação de vazios industriais no Rio de Janeiro, a fábrica teve sua produção transferida para a cidade de Varginha, no interior de Minas Gerais, alegando dificuldades de acessibilidade dos caminhões de transporte nas ruas estreitas do Santo Cristo. Após um período de abandono, a família proprietária do imóvel viu crescer a necessidade de alugar o espaço, passando a incentivar outros tipos de uso, dentre eles a locação para filmes e novelas nacionais, o que levou ao seu conhecimento pela classe artística local.



Figura 3: Vista interna da antiga Fábrica da Bhering.
Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figura 4: Vista interna da antiga Fábrica da Bhering
Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figuras 5, 6: Vistas interna da antiga Fábrica da Bhering e um dos ateliês

Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Há cerca de sete anos, estabeleceu-se no edifício um primeiro ateliê artístico, dando início a um movimento de ocupação semelhante em quase todo o prédio. Este movimento se fortaleceu nos últimos dois anos, quando diversos artistas passaram a demonstrar interesse nos amplos espaços, passíveis de aluguel a baixo valor e com localização central, facilitada pela proximidade a estação rodoviária Novo Rio, ao metrô e a diversas linhas de ônibus. Até julho de 2012, a antiga Fábrica da Bhering, como ficou conhecida, abrigava 52 ateliês/estúdios de artistas e 21 pequenas empresas e prestadores de serviço locatários, dentre eles uma livraria, uma editora, uma fábrica de doces artesanais, um mostruário de móveis e um estofador. O local passou a ter um tímido reconhecimento no cenário carioca como um centro alternativo e espontâneo de criação cultural.

Apesar de pouco conhecido pela população da cidade, sua história logo ganhou repercussão midiática quando, em julho de 2012, os artistas locatários receberam ordens judiciais de despejo em 30 dias, indicando que a fábrica havia sido vendida há um ano. Surpresos com a notícia, os ocupantes logo descobriram que o imóvel havia sido colocado em leilão compulsório como forma de sanar um débito tributário de aproximadamente R\$ 150 mil dos donos do edifício com o governo federal. O terreno havia sido arrematado por uma incorporadora imobiliária possuidora de ligações com uma fábrica de cerveja pelo valor de R\$ 3,25 milhões (cerca de dez vezes inferior às avaliações de mercado). Em entrevista a um jornal local, um porta-voz da empresa compradora afirmou que a ideia era criar ali um centro cultural e comercial, com restaurantes e cervejaria de forma a haver um retorno financeiro. (FURLANETO, 2012b) Os artistas seriam despejados e alguns convidados a retornar de acordo com os interesses do novo dono.

Indignados por não terem sido informados sobre a venda e por terem continuado a pagar os aluguéis à antiga família proprietária até o recebimento da ordem de despejo, os artistas se uniram em um movimento informal denominado “Bhering Resiste” para tomar providências jurídicas e contatar a mídia de forma a tornar sua história conhecida. Poucos dias depois, o prefeito carioca Eduardo Paes (então em campanha eleitoral) decidiu apoiar o coletivo artístico em seu microblog pessoal,⁹ anunciando a publicação de dois decretos que garantiriam a presença dos ateliês de arte no edifício – um de tombamento e outro de desapropriação do imóvel.

Com estas medidas, o prédio da Bhering passaria a *status* de patrimônio histórico e cultural, além de pertencer à Prefeitura, que garantiu aos artistas manter a fábrica em seu perfil atual, porém sob um regime de parceria público-privada, ou seja, o imóvel se transformaria em propriedade pública, porém a gestão seria do coletivo de artistas.

No momento de publicação deste trabalho, o coletivo de artistas, a incorporadora imobiliária que arrematou o prédio em leilão, a antiga família proprietária da Fábrica Bhering e a Prefeitura estão lutando judicialmente pelo direito de propriedade do imóvel. A permanência do coletivo no prédio é garantida através de uma liminar temporária e os aluguéis estão sendo pagos em juízo, o que traz um grau de incerteza à situação.

Como condições para sua permanência, a Prefeitura agora exige que os artistas se organizem formalmente em uma associação, provando sua capacidade de administrar o edifício. Além disso, o grupo precisará oferecer ao Estado uma contrapartida sob a forma de restauração e manutenção do imóvel, além de garantir o desenvolvimento de atividades de fomento à economia criativa, de modo a fortalecer o caráter de “corredor cultural” intentado para a região portuária.

É certo afirmar que em meio aos recentes acontecimentos, os artistas encontram-se divididos, entre o alívio do despejo iminente evitado e a cautela necessária para lidar com a nova situação. Muitos temem a gentrificação, compreendendo que, devido ao projeto olímpico do Porto Maravilha e ao crescente interesse no bairro, o terreno encontra-se extremamente sujeito à especulação imobiliária, já tendo havido um aumento de mais de 300% no preço do aluguel do metro quadrado dentro da Fábrica.¹⁰ Entende-se também que sua permanência é fruto apenas da vocação artística e cultural do prédio – característica coincidente com o projeto de urbanização proposto para o local, potencializando ainda mais a valorização da região dentro de um processo de revitalização cultural. Neste sentido, ao contrário das mais de 500 famílias removidas em favelas e assentamentos informais na Zona Portuária em decorrência do Porto Maravilha, a manutenção de mais um equipamento cultural vai de encontro com os interesses do poder público.

No sentido de encaixar ainda mais esta ocupação no programa pretendido pela Prefeitura para a região, percebemos um claro processo de apropriação simbólica do centro cultural alternativo que estava sendo criado naquele local, refletido na tentativa de formalização deste coletivo e na solicitação de contrapartidas referentes à manutenção predial sem o investimento de dinheiro público. Desta forma, o nome e história da Fábrica da Bhering são apropriados como parte integrante do Porto Maravilha, porém sem a entrada de investimentos do governo. Por outro lado, em meio aos grandes museus e equipamentos culturais dotados de “arquitetura de grife” previstos no projeto urbano, este coletivo de artistas que se uniu espontaneamente pode se tornar um “sopro de ar fresco” na região, comprovando a resistência e validade de um movimento endógeno para o desenvolvimento cultural da cidade.

Considerações finais: fabricando territórios culturais de resistência...

O caso da Fábrica da Bhering certamente ainda apresentará novos desenvolvimentos que deverão ser acompanhados. No entanto, desde já, ele abre caminhos para pensarmos nas possibilidades de resistência daqueles que se engajam socialmente em oposição à efemeridade e à desvalorização do território a partir da tentativa de criar alguma raiz, alguma memória, atribuir algum significado ao espaço através da experiência cultural.

A apropriação espacial denotada pelo caso da Bhering no Rio de Janeiro – muito semelhante a outros casos que se multiplicam pelo mundo em antigas estruturas fabris abandonadas, em especial na Europa¹¹ – aponta para a conflagração de uma nova forma de ocupar e disputar culturalmente o espaço. Uma forma mais complexa, que envolve questões de luta por propriedade, atores e interesses diversos.

O fato de se tratar de uma antiga fábrica não é coincidência: a mudança no seu uso e a necessidade de dar nova vida a este espaço desativado concretiza-se como o exemplo material da metáfora de Bauman. De sua rigidez e solidez como local da produção em série rotinizada protegida por muros fixos dignos da modernidade pesada, ela se transforma, depois de seu abandono, em uma fábrica de cultura, um espaço de produção de arte, em consonância com as demais atividades culturais que brotam no seu entorno “leve”, cada vez mais aberta e com muros menos rígidos, que permitem a circulação de diferentes atores que trabalham rumo à construção de ideais coletivos, novas sociabilidades e novas relações econômicas num sistema próprio.

Neste sentido, recuperamos aqui a questão colocada anteriormente sobre a continuidade ou não dos territórios neste período de “modernidade leve”, em que as ações se transformam constantemente, novos atores surgem e a cultura se torna um elemento cada vez mais utilizado estrategicamente para atingir padrões de desenvolvimento que se mostram desiguais.

Considerando que o próprio conceito de território em si implica em um recorte complexo – identitário e espacial, contingente e marcado por apropriações e questões de poder –, concordamos com Haesbaert (2010) quando este afirma que não devemos negar os territórios, mas sim aceitar que vivenciamos um período de transição na forma de organização das sociedades em geral, rumando de realidades materiais mais palpáveis para uma nova configuração de mobilidades constantes mais simbólicas/subjetivas, imateriais, heterogêneas. Os territórios tradicionais aos quais estamos acostumados – fixos, estáveis, contínuos, contíguos e homogêneos, pautados em uma lógica espacial definida e exclusivista (que raramente admite sobreposições devido às delimitações precisas e fronteiras bem demarcadas) –, começam a dar lugar a uma nova configuração territorial, mais fluída, dinâmica e móvel, simultaneamente fragmentável e articulável. Se fizermos a transposição para o conceito de território de Milton Santos (2009), que o vê como um sistema composto por elementos fixos e fluxos,¹² talvez possamos afirmar que tendemos para uma época em que o enfoque maior recai sobre os fluxos.

Neste sentido, a incorporação da antiga Fábrica da Bhering no contexto mais amplo do Porto Maravilha (independente das críticas que se faça ao projeto e às futuras consequências positivas ou negativas para a cidade) pode ser vista como o reflexo de processos de territorialidade consonantes com esta “leveza contemporânea” que discutimos anteriormente, que mistura espacialidades e interesses múltiplos. Seguindo esta linha de raciocínio, citamos aqui o fenômeno que Haesbaert (2010) propõe como sendo mais importante para nossa era do que a desterritorialização: a “multiterritorialização”. Ou seja, vivemos agora na experimentação simultânea de territórios diversos e, obrigatoriamente, na sua constante “reterritorialização”.

A adoção da ideia de uma multiterritorialização, que implica na existência de territórios múltiplos que permitem a convivência de diferentes atores sociais se apropriando simbolicamente do espaço de formas diversas, em contraposição a uma desterritorialização, nos parece estar mais condizente com as realidades observadas atualmente. Essa constatação nos parece também abrir uma brecha para pensar nas alternativas e possíveis formas de lidar com o contexto de globalização perversa e desenvolvimentos desiguais que nos permeiam, pois a partir do momento em que não negamos o território, reforçamos a necessidade de dar significância ao espaço e de criar afinidades, afinco, raízes com o mesmo.

Sem a pretensão de delimitar conclusões fechadas, propomos aqui abrir a discussão para pensarmos na configuração de novos territórios culturais que precisam se encaixar na lógica que rege o desenvolvimento econômico das cidades, porém lutando para manter sua integridade através da ação coletiva. A proposta aqui é pensar em casos como o da antiga Fábrica da Bhering como novos embriões de territórios culturais; como coletivos independentes que podem vir a representar, futuramente, a emergência

de uma resistência territorial pelas “ações culturais espontâneas” em oposição aos grandes projetos hegemônicos propostos na região.

Notas

¹ Doutorado em Urbanismo – PROURB/FAU-UFRJ

² Cabe salientar que Bauman (2001, p. 10) ressalta que a ideia de liquefação não é novidade no contexto moderno, nos alertando para a noção de “derreter os sólidos” presente na concepção de modernidade desde seu início e marcada no Manifesto Comunista de Marx e Engels, com a proposta de eliminar “as obrigações ‘irrelevantes’ que impediam a via do cálculo racional dos efeitos” (p. 10). Porém, atualmente os sólidos que derretem são outros: “os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro” (p. 12).

³ A grande transformação na configuração do território advinda da globalização fez com que muitos autores e pensadores dos mais diversos campos passassem a traçar uma perspectiva pessimista em relação à forma de organização das sociedades em geral, declarando uma série de “fins”: fim de era, fim da modernidade, fim dos territórios e, até mesmo, fim da geografia e da história. No âmbito deste discurso, destaca-se a fala do urbanista filósofo Paul Virilio, que conecta o “fim da história e geografia” com o fenômeno da desterritorialização, colocando-a como a grande questão da passagem do século. (HAESBAERT, 2004, p. 19; VIRILIO, 1997)

⁴ A ideia de culturas em movimento é emprestada do antropólogo polonês Wojciech Burszta.

⁵ “Porque somente afastando os complexos estímulos advindos da velocidade da vida moderna poderíamos tolerar os seus extremos. Nossa única saída [...] é cultivar um falso individualismo através da busca de sinais de posição, de moda, ou marcas de excentricidade individual”. (HARVEY, 2011, p. 34)

⁶ Destacamos aqui, em especial, o Morro da Providência, considerado uma das primeiras favelas da cidade e que teve sua ocupação intensificada a partir do início do século XX em decorrência das desapropriações resultantes da reforma Pereira Passos. Atualmente, os habitantes da Providência enfrentam novo problema com as remoções impostas na região em função do projeto do Porto Maravilha, que prevê a construção de um mirante para turistas no topo do morro, além de três estações de teleférico e um plano inclinado.

⁷ O Porto Maravilha foi instituído pela Lei Complementar nº 101/2009. Informações disponíveis em: <<http://portomaravilha.com.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

⁸ Dentre os quais se destacam o Cais do Valongo/Imperatriz, Jardins do Valongo, Pedra do Sal, Largo do Depósito, Instituto Pretos Novos, Centro Cultural José Bonifácio, Armazém da Cidadania e a própria Fábrica da Bhering.

⁹ “O despejo dos vários espaços de Arte na antiga fábrica da Bhering na Zona Portuária não faz nenhum sentido, até mesmo pelo pequeno valor que fez com que o imóvel fosse levado a leilão. Vamos agir para impedir esse absurdo. É justamente essa a vocação que queremos que a região cumpra” Informação Postada por Eduardo Paes, no twitter: @eduardopaes, em 30 julho 2012. Disponível em: <https://twitter.com/eduardopaes_>. Acesso em: 01 nov. 2012.

¹⁰ Dentro do edifício, o aluguel passou de R\$ 7 em 2010 para cerca de R\$ 25 atualmente. (FURLANETO, 2012a)

¹¹ Neste sentido, a recém-fechada “Tacheles” e o espaço “RAW-Temple”, em Berlim, na Alemanha, assim como a “Lynfabrikken” em Aarhus, na Dinamarca, seriam exemplos passíveis de comparação de antigos vazios industriais e estruturas fabris abandonadas que se tornaram centros coletivos de produção artística de referência.

¹² Em uma abordagem mais simplista, podemos dizer que os fixos seriam os elementos imutáveis e facilmente reconhecíveis do espaço, enquanto os fluxos remeteriam aos elementos variáveis, às informações que circulam...

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DUARTE, Fábio. *Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. (Debates, 287).

FURLANETO, Audrey. Artistas ocupam a Zona Portuária do Rio em busca de espaços amplos e baratos. *O Globo*, 5 ago. 2012a. Cultura. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/artistas-ocupam-zona-portuaria-do-rio-em-busca-de-espacos-amplos-baratos-5692652>>. Acesso em: 27 out. 2012.

FURLANETO, Audrey. Sem acordo no prédio da Bhering. *O Globo*, 30 jul. 2012b. Cultura. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/sem-acordo-no-predio-da-bhering-5622274>>. Acesso em: 27 out. 2012.

- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- LAMARÃO, Sérgio. Navegando pela história. In: *Circuito Mauá: Saúde, Gamboa e Santo Cristo – um passeio pelos bairros portuários do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1998. CD- ROM. Disponível em: <<http://www.escravosdamaua.com.br/naveg.htm>>. Acesso em: 29. nov. 2012.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Territórios Urbanos e Políticas Culturais*, Salvador, ano 2, p. 97-107, 2004. Número especial.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Edusp, 2009.
- VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein. Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 664-674.
- VIRILIO, Paul. Fin de l'histoire, ou fin de La géographie? Un monde surexposé. *Le Monde Diplomatique*, août, 1997 p. 17. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1997/08/VIRILIO/8948>>. Acesso em: 29 nov. 2011.